

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MESQUITAPREV.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, foi realizada a reunião na sala do Mesquitaprev localizada no fórum de Mesquita (sala 302).

A reunião foi iniciada às quatorze horas e quarenta minutos, por Thaís, assessora do presidente Sr. Murilo informando que o mesmo não pôde estar presente, devido a uma emergência familiar de última hora.

Os cinco conselheiros titulares estavam presentes: Vivianne, Marise, Edilene, Waldelice e Eliel. Logo no início da reunião, a assessora informa a substituição da titularidade do Rafael por Eliel, a pedido do próprio, de forma definitiva.

Thaís, assessora do presidente, inicia a pauta da reunião falando a respeito dos extratos das contas recebidos pelos membros do conselho, e que todos receberam, inclusive os suplentes. Marise e Edilene de imediato retificam que ainda não foi atendida a solicitação do conselho, pois não tivemos acesso aos balanços: patrimonial, e que em todas as reuniões é feita a colocação e o presidente não nos atende. Eliel diz que está tudo em dia e que, a gestão anterior deixou os balancetes errados, e eles estão tendo problemas com o TCE.

Marise e Waldelice colocam a questão da RST dos aposentados, se já tem prezo para a devolução para ser informado aos aposentados. Thaís fala que esta não é uma prioridade do Instituto nesse momento e que é preciso falar novamente com o presidente.

Edilene expõe mais uma vez a insatisfação dos membros do conselho, com a contratação da empresa de contabilidade, pois o valor R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) é “surreal”, acima da média do mercado para uma consultoria. Vivianne coloca que existem empresas de contabilidade que prestam TODO o serviço, e não só assessoria, por um valor médio de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ao mês. Edilene ratifica sua fala na reunião anterior, quando colocou para o presidente a insatisfação de todos os membros do conselho fiscal em relação à contratação desta empresa para assessoramento de uma pessoa, pois somente o Eliel terá essa assistência. Thaís fala que a demanda não é pouca no Instituto, e que realmente hoje, somente o Eliel cumpre as funções, que na verdade deveria ser de mais dois ou três servidores. Edilene completa sua fala anterior, ratificando a necessidade de viabilização do concurso público, porque já está identificada a carência real, e que já pautamos esse assunto várias vezes na reunião

com o presidente, porém este, não demonstra interesse em realizar o concurso. Edilene coloca que a solução temporária seria solicitar a cedência de um contador da prefeitura, porém, o convite feito à colega não incluía nenhuma gratificação como recebem todos os colegas que estão cedidos para o Mesquitaprev, colocando a mesma em situação de desvalorização se, comparada aos demais trabalhadores. Thaís fala que a mesma deveria ter aceitado o convite e “mostrado” serviço para depois ser reconhecida pelo seu trabalho, Eliel concorda com sua fala e todos os demais membros presentes discordam, uma vez que a gratificação já é recebida por todos os cedidos. Edilene conclui que o demonstrado, é que era para realmente que o convite fosse recusado, contudo, deixar de pagar uma gratificação para um servidor e pagar R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais mensais) para um escritório prestar assessoria, é imoral. Thaís pergunta à Edilene, já que é contadora concursada, por quê não solicita a transferência para o Instituto? Vivianne responde que a situação seria tão imoral quanto à da outra colega.

O conselho em sua maioria (Edilene, Marise, Waldelice e Vivianne), solicitou esclarecimento sobre o pagamento do TAC e também da dívida da patronal. A assessora do presidente coloca que não tem essas informações, mas que passará ao Murilo para que sejam respondidos na próxima reunião. Edilene fala que por várias vezes já foi solicitado ao mesmo, e ainda não obtivemos resposta. Os servidores têm olhado no site e não encontram as informações, e vêm cobrando ao mesmo. Thaís ratifica a importância do registro da solicitação porque isto é função do conselho.

Waldelice solicita esclarecimento sobre o valor que estava separado para a compra da casa que seria sede do Instituto. Vivianne coloca que a juíza Dra Cristiana pode sair do fórum e o instituto perder sua instalação pois a cedência foi feita em um acordo entre ela e o prefeito Sr Jorge Miranda. Eliel informa que precisou fazer o remanejamento desta verba para suprir outras despesas. Waldelice indaga que outras despesas seriam estas, uma vez que o presidente sempre coloca nas reuniões que as despesas do Instituto não são altas. Edilene solicita o balancete porque o presidente na última reunião informou que o valor estava separado (R\$ 800.000,00 – oitocentos mil reais).

As membras do conselho presentes (Vivianne, Marise, Edilene e Waldelice), solicitam à assessora do Presidente, Sra Thaís Lima, que ratifique à este, a solicitação dos balancetes, bem como o saldo remanescente do fundo administrativo (verba da prefeitura) e também sobre a dívida patronal do Mesquitaprev demais parcelamentos de dívida.



Thaís coloca sobre a situação da perícia médica, e que enfim está sendo contratada a clínica que fica localizada no centro de Mesquita, a MESQMED, próximo à Rua Paulo e que formaram uma comissão composta por cinco membros para que sejam definidos os critérios a serem avaliadas as licenças, e que a prioridade de início será para os servidores que já deveriam estar aposentados. Cita os nomes da composição desta comissão e entre eles está a Sra Déborah, gerente de perícia médica da administração, e de imediato, Vivianne e Edilene colocam que não existe confiança dos servidores em relação à esta pessoa, pois ela é arrogante e trata mal aos servidores de um modo geral desde que assumiu a função nomeada, denominando-se para todos como chefe da perícia. As servidoras informam que existem colegas com o seu quadro clínico agravado pelo modo que são tratados ao contactarem a perícia médica do município, e que além disso, trata de forma humilhante os nossos colegas, aproveitando-se do seu cargo. Thaís diz que a participação da Déborah na comissão existe apenas pelo fato desta ter o acesso e controle da parte logística da perícia médica e ainda ratifica que ela não terá poder algum sobre a situação dos servidores, ressalta a importância do registro desta discussão em ata por precaução às possíveis futuras medidas.

Waldelice afirma que vários colegas já deveriam estar aposentados e não estão por erro da prefeitura. Vivianne pergunta sobre a avaliação para aposentadoria, Thaís afirma que nenhum servidor será prejudicado, e que o chamamento será feito por Diário Oficial, telefone e Aerograma, por ordem decrescente.

A assessora do presidente explica o funcionamento da perícia médica, que não é toda perícia médica que passa pelo Mesquitaprev, é só a parte que lhe cabe: Salário maternidade; Licença Saúde (mais de quinze dias de afastamento); Salário família – quando o dependente for caracterizado (dentro da lei 903 – menor dependente que tenha perdido o pai ou a mãe/ criança que com comprovação especial com tutores). A administração paga e o Mesquitaprev compensa. Pela administração da prefeitura: admissional /demissional; Licença para acompanhar pessoa da família;

Thaís apresenta ao conselho um projeto que está sendo desenhado para oferecer benefícios aos seus segurados sejam eles: ativos, aposentados ou pensionistas. Explica o início deu-se devido a procura de uma clínica de auriculoterapia para oferecer descontos aos aposentados . A partir daí deslumbrou-se a possibilidade de criar por meio de uma portaria, um convênio com o comércio local para crescer os conveniados no próprio município (cacau show, cabeleireiro, etc), porém como é sabido, não existem universidades instaladas em Mesquita, sendo que estas então, seriam de municípios vizinhos (Nova Iguaçu e Nilópolis). A portaria será aberta e

Handwritten marks at the bottom of the page, including a large blue 'A', a blue checkmark, a blue scribble, and a blue arc.

encaminhada à PGM (procuradoria geral do município) e publicada em Diário Oficial, sem ônus para ambas as partes, ou seja, sem envolver dinheiro.

Waldelice e Marise colocam que para os aposentados, é mais importante o convênio para o empréstimo consignado, pois em Mesquita nenhum banco contempla. Thaís solicita que este pedido seja registrado em ata, e todos os conselheiros presentes informaram que esta solicitação já foi feita várias. Então Thaís sugere que seja encaminhado um ofício para que o presidente seja provocado a responder e encaminhá-lo à PGM.

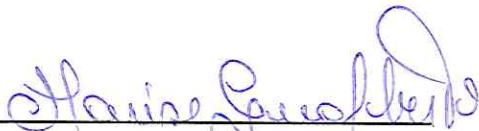
O conselho em sua maioria (Edilene, Marise, Waldelice e Vivianne), solicitou esclarecimento sobre o pagamento do TAC e também da dívida da patronal. A assessora do presidente coloca que não tem essas informações, mas que passará ao Murilo para que sejam respondidos na próxima reunião. Edilene fala que por várias vezes já foi solicitado ao mesmo, e ainda não obtivemos resposta. Os servidores têm olhado no site e não encontram as informações, e vêm cobrando ao mesmo. Thaís ratifica a importância do registro da solicitação porque isto é função do conselho.

Ao encerrar a reunião as conselheiras presentes, solicitaram à assessora do Sr Murilo que seja encaminhada ao mesmo, a solicitação da sua presença na próxima reunião ordinária do conselho. Sem mais, para o momento eu, Vivianne, encerro esta ata e assino com os conselheiros presentes abaixo.



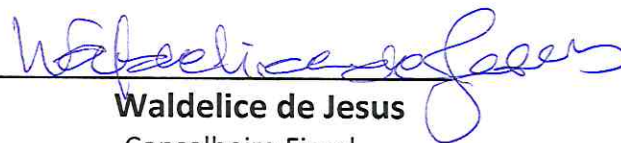
Vivianne Alexandra da Silva Santos

Presidente do Conselho Fiscal




Marise Gualberto

Conselheira Fiscal




Waldelice de Jesus

Conselheira Fiscal



Edilene Soares de Souza Corrêa

Conselheira Fiscal



Eliel Fernandes da Silva

Conselheiro Fiscal